



INSTITUTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO DE RUA/INRua

RELATÓRIO DE ATIVIDADES: 2021 e 2022

O Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua/INRua, é uma instituição de pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Voluntária da Pátria, 233, conjunto 52, Centro, CEP: 80.020-000, Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.931.316/0001-89, constituída sob a forma de Organização da Sociedade Civil, com o objetivo de proteção e assessoramento, que visa assegurar a realização das garantias fundamentais da população em situação de rua, por meio do enfrentamento a todas as formas de violência e violação a que são cotidianamente submetidos. Apresenta em sua finalidade primordial o intuito de potencializar o acesso a políticas e serviços públicos estruturantes para este grupo populacional, de forma a garantir-lhes o atendimento adequado à satisfação de suas necessidades para a existência digna. Foi constituído por demanda da população de rua, no Congresso Nacional de 2016, realizado em Belo Horizonte - MG, pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua, reunindo o apoio de entidades governamentais e não governamentais, entre elas o Ministério do Trabalho e Previdência Social - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Paraná, Ministério Público do Estado do Paraná e a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Instituto Lixo e Cidadania e o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR.

O INRua tem atuado em diversas frentes de defesa e promoção dos direitos humanos da população de rua, realizando eventos e projetos de orientação para pessoas em situação de rua acerca de seus direitos; promovendo formações para servidores e órgãos públicos; participando e acompanhando a construção de políticas públicas junto aos governos municipal, estadual e federal. A criação do INRua ampara-se no Decreto de Lei nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, além de dar outras providências; e com nos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, que trouxe em seu Título II, os Direitos e Garantias Fundamentais, subdivididos em cinco capítulos:

- a- Direitos individuais e coletivos: são os direitos ligados ao conceito de pessoa humana e à sua personalidade, tais como à vida, à igualdade, à dignidade, à segurança, à honra, à liberdade e à propriedade. Estão previstos no artigo 5º e seus incisos;
- b- Direitos sociais: o Estado Social de Direito deve garantir as liberdades positivas aos indivíduos. Esses direitos são referentes à educação, saúde, trabalho, previdência social, lazer, segurança, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Sua finalidade é a melhoria das condições de vida dos menos favorecidos, concretizando assim, a igualdade social. Estão elencados a partir do artigo 6º;
- c- Direitos de nacionalidade: nacionalidade, significa, o vínculo jurídico político que liga um indivíduo a um certo e determinado Estado, fazendo com que este indivíduo se torne um componente do povo, capacitando-o a exigir sua proteção e em contrapartida, o Estado sujeita-o a cumprir deveres impostos a todos;
- d- Direitos políticos: permitem ao indivíduo, através de direitos públicos subjetivos, exercer sua cidadania, participando de forma ativa dos negócios políticos do Estado;
- e- Direitos relacionados à existência, organização e a participação em partidos políticos: garante a autonomia e a liberdade plena dos partidos políticos como instrumentos necessários e importantes na preservação do Estado democrático de Direito.

Objetivos:

- Participar de ações que envolvam o combate a violências contra a população em situação de rua, considerado como “grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (BRASIL, Decreto 7.053/2009).
- Garantir atendimento a pessoas em situação de rua que possuam seus direitos negligenciados, para que recebam o devido atendimento, seja ele jurídico, assistencial, médico, laboral, educacional ou habitacional, incluindo o estabelecimento do nexo causal, com realização de encaminhamentos pertinentes;
- Promover os Direitos Humanos com a perspectiva de incidir na opinião pública sobre a pobreza extrema e outros fatores que condicionam a situação de rua, promovendo a produção de pensamento crítico e não discriminatório sobre o assunto;
- Desenvolver projetos com foco na promoção humana, visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de rua;
- Participar e fortalecer o movimento nacional, estadual e local pelos direitos da população em situação de rua;

- Promover a capacitação e a formação de equipes técnicas;
- Promover articulação com entidades públicas e privadas, com e sem finalidade lucrativa;
- Fortalecer o movimento da população em situação de rua, a inclusão produtiva sustentável, a moradia digna e o cooperativismo popular;
- Aprofundar e compartilhar conhecimentos práticos, teóricos e trocas de experiências no âmbito dos direitos humanos;
- Promover o planejamento e a implementação de modelos de negócios sustentáveis que levem ao incremento da eficiência de recursos;
- Promover a proteção ambiental e consequentemente à criação de valores agregados Regionais.
- Participar, fomentar e fortalecer atividades de associações de defesa de direitos sociais, bem como de atividades de consultoria em gestão empresarial, serviços de organização de eventos e treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial;
- Advogar e implementar o modelo Housing First (Moradia Primeiro) como estratégia de superação da situação de rua.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO INRUA - 2021

Ainda em 2021, estávamos em período pandêmico com medidas sanitárias restritivas adotadas em razão da Pandemia do novo Coronavírus-COVID-19, assim sendo, muitas ações foram realizadas atentando para essa realidade. O INRua juntamente com o MNPR e alguns parceiros, realizaram uma série de ações visando assegurar a saúde do público alvo e da equipe do INRua.

Nesse sentido e para superar algumas dificuldades postas pela pandemia e a necessidade de atenção emergencial no atendimento a população em situação de rua o INRua, articulou e somou forças ao Movimento Nacional da População em Situação de Rua- MNPR, e parceiros da cidade de Curitiba para a humanização do atendimento e para a consecução das atividades e principalmente para realizar ações de defesa da população em situação de rua que cresceu nesse período, com trabalhadores que perderam seus empregos e casas devido à atual conjuntura, com famílias inteiras nas ruas: pais, mães e filhos e infelizmente sofrendo a violação de direitos e preconceitos

O INRua continuou suas ações ocupando espaços de fiscalização e formulação de políticas públicas junto a órgãos governamentais e à sociedade civil, sendo membro titular, suplente ou colaborador eventual dos seguintes órgãos colegiados:

Projeto Piloto Moradia Primeiro Curitiba: projeto de superação da situação de rua. O Projeto Moradia Primeiro – Curitiba é resultado recente de um debate público que se intensificou no Brasil a partir do ano de 2015. Neste período o debate sobre moradia para a população em situação de rua se tornou cada vez mais presente, na medida em que a avaliação de diversos atores sociais a respeito

da política nacional para a população em situação de rua indicava grande dificuldade de concretizar processos de superação da situação de rua, consequentemente, do processo de autonomização através de seu estabelecimento em unidades habitacionais permanentes. Entre os anos de 2015 e 2016, destaca-se o lançamento da Campanha de Moradia para a população em situação de rua, protagonizada pela Pastoral Nacional do Povo de Rua e o estabelecimento da pauta de moradia como bandeira central no III Congresso do Movimento Nacional da População de Rua - MNPR, realizado no ano de 2016, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Tais esforços acenam de modo inaugural, outros caminhos possíveis para o debate no país. Assumindo tais diretrizes, no ano de 2016 o INRua – Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua, afinado com as diretrizes pautadas no III Congresso do MNPR, estabelece o estudo e sistematização das experiências do Housing First como uma de suas prioridades. A partir do estudo aprofundado da filosofia e prática do Housing First o INRua passou a verificar desafios práticos no processo de divulgação do modelo. Apesar da insistência na busca por interlocutores na gestão pública municipal de Curitiba, o modelo que se apresenta de modo aparentemente mais eficaz e barato que o modelo atualmente em voga, a proposta era lida como uma experiência anedótica e distante das possibilidades práticas no país. Compreendendo tal resistência dos representantes do poder público, após dois anos de estudo, reuniões com gestores municipais, estaduais e de órgãos da União, conversas, apresentações, seminários e muitas oportunidades de debater o tema publicamente, o INRua decide internamente produzir as condições de possibilidade para realização de um projeto piloto que permitisse gerar dados e um exemplo prático e generalizável da adoção do modelo Housing First. Em uma primeira proposta, o INRua desenvolveu uma apresentação acerca da filosofia e prática do Housing First, bem como uma proposta de investimento para aplicação de projeto piloto atendendo 10 (dez) unidades domiciliares na cidade de Curitiba, com contratação de equipe própria para execução do projeto. Até o dia de hoje, tal proposta não foi realizada da maneira como esperávamos, tendo em vista a dificuldade em garantir recursos que possibilitassem a plena execução do projeto. Após um período de diálogo entre representantes do INRua, Casa de Acolhida São José, 5 (cinco) paróquias da Igreja Católica e Arquidiocese de Curitiba, representada, sobretudo na pessoa de Dom Francisco Cota, sensibilizada e motivada pelas duas últimas Campanhas da Fraternidade, a instituição, convencida da necessidade de tentar algo novo no que diz respeito ao atendimento da população em situação de rua, se comprometeu a apoiar e financiar o projeto piloto.

Principais atividades realizadas pelo INRua: 2021

- Participação efetiva em diversos Grupos de Trabalho (GT) com representantes do MNPR e sociedade civil. Em tempos de pandemia, a articulação com a rede de apoiadores/as e defensores/as de direitos se fez ainda mais necessária. Os encontros aconteceram de modo remoto e presencial.
- Atuação permanente no acompanhamento do Projeto Piloto Moradia Primeiro para população em situação de rua;
- Articulação e denúncias diante da falta de políticas públicas e propostas que garantam atendimento as necessidades fundamentais relacionadas à moradia, alimentação e cuidados com a higiene pessoal e identificação de demandas Socioassistenciais da população em situação de rua;
- Continuidade da parceria com a Casa da Acolhida São José, no período de pandemia, para atendimento às pessoas em situação de rua através da oferta de: alimentação, espaço para higiene pessoal, lavanderia, rouparia e atendimento técnico para as demandas apresentadas pela população em situação de rua.
- Atuação com o MNPR na criação o Observatório Estadual de Direitos Humanos da População em Situação de Rua, que tem como finalidade o recebimento das denúncias, sistematização das informações e seu devido encaminhamento aos órgãos competentes, buscando a efetivação de direitos. Denúncias como: violência institucional cometida pelo poder público muitas com caráter higienista, retirada dos pertences bem como de seus documentos, preconceitos e outros.
- Continuidade com o diálogo com diversos segmentos da sociedade civil e outros Movimentos sociais, como com o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra- MST. Essa aproximação fortaleceu a parceria para oferta de alimentação para população em situação em tempos de pandemia.
- Apoio ao MNPR na cidade de Curitiba na manutenção das atividades na consessão de 300 marmitas ao dia 1500 na semana e cerca de 6 mil marmitas Mês, totalizando 72 mil marmitas no ano de 2021.
- Apoio ao Consultório na/de rua para a vacinação da população em Situação de Rua
- Mobilização e ajuizamento de ação junto à DPE para a abertura das torneiras e banheiros públicos como medida sanitária de contenção à contaminação pelo vírus SARS-Cov-2.





Realização de mobilização para enfrentamento do frio em Curitiba-PR

Curitiba é a cidade mais fria do Brasil. Diante dessa realidade o INRua e o MNPR com apoio de organizações do movimento social realizou uma campanha para acolher as pessoas em situação de rua.



inruabrasil
Curitiba, Paraná



A POP.RUA DE CURITIBA NÃO VAI MORRER DE FRIO!

Tribuna do Paraná

Paraná tem alerta Laranja para frio intenso a partir desta terça (27)

Curitiba deve registrar máxima de 13°C e mínima de -1°C na sexta. Frio intenso. O frio previsto pode ser até mais intenso, se comparado com as ...



Precisamos de seu apoio!

Entre os dias 27.7 e 30.7 estaremos de plantão arrecadando doações de roupas e alimentos na Rua Engenheiro Rebouças, 1595



Lançamento do Observatório de Direitos Humanos da População em Situação de Rua:

ODH POP Rua

O Observatório Estadual de Direitos Humanos da População em Situação de Rua foi lançado no dia 19 de agosto de 2021, Dia Nacional de Luta da População em situação de rua. Surge à partir das denúncias constantes de violências sofridas e de direitos fundamentais não garantidos por parte do poder público e dos órgãos de justiça na cidade de Curitiba e em diversas cidades do Estado do Paraná. Nasceu do protagonismo da luta por direitos do Movimento Nacional da População em Situação de rua e do Instituto Nacional da População em Situação de Rua (INRUA), por meio da articulação com o Conselho Estadual de Direitos Humanos do Paraná e o Núcleo de Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em parceria com a Casa de Acolhida São José, a Organização Mãos Invisíveis, o Conselho Regional de Psicologia, Conselho Regional de Serviço Social, a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária (Libersol), a União Brasileira de Mulheres e o Grupo Praxis Itinerante da Universidade Estadual de Londrina. Trata-se de um espaço de estudo, pesquisa e incidência política que produz dados sobre as violações sofridas pela população em situação de rua a partir das denúncias recebidas e realiza encaminhamento aos órgãos responsáveis do poder público, do sistema de justiça e da sociedade civil, com o objetivo de efetivação dos direitos humanos.

ODH
POP RUA

Observatório Estadual de Direitos Humanos
da População em Situação de Rua do Paraná
ODH-POP RUA:
(41) 99176-7822
RUA ROCKEFELLER, 486

Chega de violência!
SE VOCÊ SOFREU OU PRESENCIOU
QUALQUER VIOLÊNCIA
DENUNCIE!

CASA DE ACOLHIDA SÃO JOSÉ
(41) 99171-2504 - 3221 7029
ATENDIMENTO DO ODH:
QUINTAS-FEIRAS 08:00 ÀS 11:30
RUA PAULA GOMES, 1046

O lançamento do ODH-POP Rua, com apoio e atuação do INRua, ocorreu no dia 19 de Agosto de 2021 na praça Osório, no centro de Curitiba através da realização de uma roda de conversa com indivíduos da sociedade civil, ativistas e pessoas em situação de rua, onde foi explicado sobre o funcionamento do observatório e aberto um espaço para que as pessoas pudessem compartilhar suas experiências de violações de direitos. Dentre as principais violações relatadas estavam a falta de

possibilidade de higiene pessoal, a retirada de pertences e episódios de violência física contra essa população.



Na ocasião integrantes do INRua, o MNPR, o ODH Pop Rua e demais parceiros realizaram uma Roda de conversa do MNPR e apoiadores na Praça Osório



Ainda elaborou o projeto de Lei da Política Municipal da População em Situação de Rua, que foi apresentado a representantes do Poder Público e de movimentos sociais de vários municípios do Estado do Paraná.



inruabrasil
Curitiba, Paraná

⋮



Em dezembro de 2021 houve um processo de construção do espaço ODH Pop Rua , tendo o apoio dos membros e parceiros do Observatório, com a doação de móveis o espaço começou a ser materializado. Hoje o ODH Pop Rua está realizando suas atividades na Sede Núcleo Periférico Alameda Dr. Muricy, 270.



No dia 24 de dezembro de 2021 várias organizações do movimento popular, coordenadas pelo INRua, MNPR e ODH Pop Rua realizaram o Natal solidário realizando roda de conversa, ações solidárias, oficinas de cartazes e entrega de marmitas para a população em Situação de Rua.





Moradia Primeiro Curitiba: projeto de superação da situação de rua.

Conforme registro no relatório do INRua (anos 2019 e 2020), o Projeto Moradia Primeiro – Curitiba é resultado recente de um debate público que se intensificou no Brasil a partir do ano de 2015. Neste período o debate sobre moradia para a população em situação de rua se tornou cada vez mais presente, na medida em que a avaliação de diversos atores sociais a respeito da política nacional para a população em situação de rua indicava grande dificuldade de concretizar processos de superação da situação de rua, consequentemente, do processo de autonomização através de seu estabelecimento em unidades habitacionais permanentes. Entre os anos de 2015 e 2016, destaca-se o lançamento da Campanha de Moradia para a população em situação de rua, protagonizada pela Pastoral Nacional do Povo de Rua e o estabelecimento da pauta de moradia como bandeira central no III Congresso do Movimento Nacional da População de Rua - MNPR, realizado no ano de 2016, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Tais esforços acenam de modo inaugural, outros caminhos possíveis para o debate no país. Assumindo tais diretrizes, no ano de 2016 o INRua – Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua, afinado com as diretrizes pautadas no III Congresso do MNPR, estabelece o estudo e sistematização das experiências do Housing First como uma de suas prioridades.

A partir do estudo aprofundado da filosofia e prática do Housing First o INRua passou a verificar desafios práticos no processo de divulgação do modelo. Apesar da insistência na busca por interlocutores na gestão pública municipal de Curitiba, o modelo que se apresenta de modo aparentemente mais eficaz e barato que o modelo atualmente em voga, a proposta era lida como uma experiência anedótica e distante das possibilidades práticas no país.

Compreendendo tal resistência dos representantes do poder público, após dois anos de estudo, reuniões com gestores municipais, estaduais e de órgãos da União, conversas, apresentações, seminários e muitas oportunidades de debater o tema publicamente, o INRua decide internamente produzir as condições de possibilidade para realização de um projeto piloto que permitisse gerar dados e um exemplo prático e generalizável da adoção do modelo Housing First.

Para realização do projeto várias parcerias foram efetivadas, para além de sua apresentação ao governo federal e a diversos governos de Estado da Federação. O INRua contou com o apoio da Casa de Acolhida São José, 5 (cinco) paróquias da Igreja Católica e Arquidiocese de Curitiba.

Em uma primeira proposta, o INRua desenvolveu uma apresentação acerca da filosofia e prática do Housing First, bem como uma proposta de investimento para aplicação de projeto piloto atendendo 10 (dez) unidades domiciliares na cidade de Curitiba, com contratação de equipe própria para execução do projeto, constituída por 5 (cinco) profissionais.



Primeira casa do Projeto Moradia Primeiro em 2019

Conforme destaca o relatório do INRua (2019/2020), as pessoas em situação de rua se apresentam hoje como um grupo em crescente vulnerabilidade social. Além de questões voltadas à moradia e outras necessidades imediatas, observa-se a existência de um cenário de preconceitos e de diversas formas de violências em relação a essa população. Assim, urge somar ao trabalho sistemático de atendimento articulado no âmbito de políticas públicas e outros mecanismos da assistência social e demais políticas intersetoriais, uma abordagem

educativa capaz de gestar uma nova mentalidade pessoal e coletiva, fundada na tolerância e no respeito, no reconhecimento efetivo da dignidade dessa população e na legitimidade de seus direitos como cidadãos/ãs.

Em 2021, o projeto Moradia Primeiro exerceu o acompanhamento das pessoas alocadas no Projeto.

I Seminário Nacional Moradia Primeiro na Prática

Um ano após o adiamento do Seminário Moradia Primeiro na Prática, devido ao agravamento dos casos de covid-19, o INRua lança nova data. O evento acontecerá de forma PRESENCIAL nos dias 25 e 26 de Novembro de 2021, numa iniciativa de divulgação do modelo Housing First no país e terá como tema principal a implementação do projeto piloto em Curitiba.
<https://www.instagram.com/p/CVvxCIwlu83/>



RELATÓRIO IN Rua: Ano 2022

No ano de 2022, o INRua esteve presente em diversas ações par e passu com o MNPR e com ações do ODH Pop Rua.

No mês de Janeiro de 2022 o espaço físico do Observatório foi inaugurado, com apoio do INRua. Dessa forma, com a contribuição de todos os parceiros do ODH Pop Rua, o espaço passou a receber denúncias de violações contra essa população. (Foto 25 de janeiro de 2022 – Reunião com os apoiadores do ODH Pop Rua).



No mês de fevereiro de 2022 ocorreu a formação dirigida pelo ODH Pop Rua, INRua, MNPR objetivando o treinamento para uma escuta qualificada e para o recebimento de denúncias de violações contra a população em situação de rua. Nesse mês também foram criadas as redes sociais do Observatório, assim como o cartão para a divulgação do espaço.



Em março de 2022, o site: <https://paragrafo2.com.br/parana-ganha-observatorio-voltado-a-pessoas-em-situacao-de-rua/> divulga matéria destacando a inauguração do Observatório, com uma entrevista com o presidente do INRua e coordenador do ODH, Leonildo José Monteiro Filho. Nessa entrevista evidencia-se que além de receber as denúncias, constitui-se um dos objetivos do ODH a sistematização das notificações para que, com base nelas, o Observatório possa contribuir com a formulação de políticas públicas para pessoas em situação de rua. Ainda, registra-se a atuação do professor Rodrigo Alvarenga, do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da PUC-PR um dos coordenadores do ODH, que destaca que a sistematização das denúncias pode ajudar a nortear a formulação de políticas públicas voltadas às pessoas em situação



de rua, tanto na esfera municipal, quanto na estadual.

Ainda em março, o INRua participou de uma Roda de Conversa na Casa de Acolhida São José, sob a coordenação do ODH Pop Rua.



Também em março INRua, o MNPR participaram de uma discussão no Ministério Público do Paraná, com Ministério Público e a Defensoria Pública, sob a apresentação do ODH Pop Rua. Participaram ainda organizações da sociedade civil e Universidades convidadas. O objetivo da reunião foi discutir a elaboração de um plano de trabalho para a implementação da Política Nacional Judicial do CNJ para as pessoas em situação de rua.



No mês de abril o INRua esteve junto ao Observatório no apoio à ação política para conscientização sobre as violações sofridas pela população em situação de rua na cidade de Curitiba, buscando atrair a atenção da população em geral e dos governante.

**O MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA**

CHAMA A RUA!

A RUA TEM FOME!
E PRECISA DE ALIMENTAÇÃO ADEQUADA!
CHEGA DE MORRER NAS MARQUISES E
VIADUTOS!
NÃO É O FRIO QUE MATA!
É A FALTA DE MORADIA E A INCOMPETÊNCIA
DO PREFEITO GRECA!

Junte-se a nós nessa luta!

**O almoço que é servido na praça
Rui Barbosa neste dia será
servido em frente à prefeitura!**

Dia 27 e 28 de abril, a partir das 08h
Av. Cândido de Abreu, 817





No mês de maio o INRua, o MNPR e o Observatório participaram convidados da reunião no Ministério Público do Grupo de trabalho sobre direitos da população em situação de rua do Tribunal de Justiça do Paraná com Ministério Público e a Defensoria Pública com outras organizações da sociedade civil e Universidades.



Em junho, o INRua, o ODH Pop Rua, participaram da reunião do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua (CIAMP RUA). Entre os pontos discutidos no encontro destaca-se a discussão sobre a realização do edital de convocação para composição de novos membros para o conselho, com a indicação de que o Movimento Nacional da População em situação de rua tenha cadeira permanente no CIAMP RUA Curitiba.



Dezembro

No dia 15 de dezembro o INRua, o MNPR, o Movimento Nacional dos Catadores de Material recicláveis e demais organizações da sociedade civil participaram do Natal com o Presidente Lula e a presença do Padre Julio Lancellotti, o Ministro de Direitos Humanos Silvio Miranda e outras autoridades, no Armazém do Campo em São Paulo. Na ocasião foi entregue a carta do Movimento Nacional da População em Situação de Rua para o Presidente Lula.



No dia 17 de dezembro/2022, o INRua e o MNPR organizaram o Natal de 2022, na praça Osório com distribuição de marmitas, roda de conversa e futebol.



CAMPANHA SOCIAL!



Durante todo o ano de 2022, foram realizadas diversas reuniões com o Poder Público, com Organizações da Sociedade Civil e parlamentares para apresentação dos projetos e pautas do movimento e participação de diversos colegiados para discussão e busca para implementação dos projetos do INRua, particularmente aqueles que tratam da Geração de Trabalho e Renda, Moradia e Direitos Humanos.

Importante registrar a Ação civil pública nº 0003345-37.2019.8.16.0179, de relatoria da Juíza de Direito Substituta Diele Denardin Zydek, em face de reiteradas denúncias de pessoas em situação de rua relatando que "o Município de Curitiba, por meio de seus órgãos, têm sistematicamente

recolhido, de forma forçada e sem autorização, pertences pessoais, tais como mochilas, colchões, remédios e mesmo documentos pessoais". Essas situações reiteradas de violações de direitos foram registradas no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos. (23 jan. 2020). Disponível em: <http://www.defensoria.es.def.br/site/wp-content/uploads/2020/01/5.-Prote%C3%A7%C3%A3o-de-objetos-da-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-e-identifica%C3%A7%C3%A3o-de-agentes-em-abordagens-A%C3%A7%C3%A3o-Civil-P%C3%BAblica-Decis%C3%A3o-1%C2%BA-grau-DPPR-2020.pdf>

Referência:

Boletim do ODH POP Rua Ano 1 Primeiro semestre de 2022

INRUa – Relatório 2019 e 2020

HYPERLINK "https://paragrafo2.com.br/parana-ganha-observatorio-voltado-a-pessoas-em-situacao-de-rua/"<https://paragrafo2.com.br/parana-ganha-observatorio-voltado-a-pessoas-em-situacao-de-rua/>

s
i
t
u
a
c
a
o
-
d
e
-
r
u